**PROCESSO**: **Nº** 2000-019186/2017.

**INTERESSADO:** NÚBIA REGINA PIMENTEL LINS.

**ASSUNTO:** DIVERSOS ASSUNTOS.

DETALHES: ENVIANDO CÓPIA DE EXTRATO.

Trata-se do **Processo Administrativo nº 2000-019186/2017**, em 01(um) volume, com 44 (quarenta e quatro) fls., que versam sobre os pagamentos referentes aos aluguéis dos imóveis situados na Avenida da Paz nºs 1164 e 1168, correspondentes ao mês de setembro/2017, consoante ao Contrato de locação nº 123/2014. A solicitação de pagamento da requerente **NÚBIA REGINA PIMENTEL LINS** **(CPF nº 505.020.694-49)** está orçada em **R$12.603,43 (doze mil, seiscentos e três reais e quarenta e três centavos).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no **art. 59, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93**. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls.44), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa**, no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**1 – SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO** – Consta correspondência, de 05/10/2017, de lavra da proprietária Núbia Regina Pimentel Lins, solicitando o pagamento referentes aos aluguéis dos imóveis situados na Avenida da Paz nºs 1164 e 1168, correspondentes ao mês de setembro/2017, consoante ao Contrato de locação nº 123/2014, juntando cópia da Procuração (fls. 02/03).

**2 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 08/19 e 25/37, foi juntado à cópia do contrato de Aluguel nº 123/2014, expirado desde o dia 02/06/2015, acompanhado do laudo de avaliação emitido pela SERVEAL, com data de 14/11/2013. À fls. 20, conforme Despacho – SETCON, de 30/11/2017, do Setor de Contratos, INEXISTE contrato entre a SESAU e a requerente Núbia Regina Pimentel Lins. Informações prestadas através das Servidoras, Fernanda Caroline Almeida Freitas e Maria do Carmo, Assessoras Técnicas - Setor de Contratos - SESAU/AL.

**3 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE** – Não foi acostada as Certidões Negativa de situação fiscal, em Nome da requerente Núbia a Regina Pimentel Lins, CPF nº 505.020.694-49.

**4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Verifica-se à fls. 38 dotação orçamentária referente ao exercício de 2017.

**5 – AUTORIZAÇÃO –** Nãofoi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para a continuação e/ou prorrogação do contrato de aluguel, emitida pelo Ordenador de Despesas da SESAU.

**6 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 57.404/2018** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 57, do Decreto Estadual nº 57.404/18, quanto ao ato de reconhecimento da dívida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**7 - DO CUMPRIMENTO DA SÚMULA ADMINISTRATIVA DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária a observância das recomendações contidas na Súmula Administrativa exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:

**a)** Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

**b)** Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (Art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93);

**c)** Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração;

**d)** Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

**e)** Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso;

**f)** Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

**g)** Inocorrência de prescrição do crédito;

**h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL;**

**i)** Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original)

Os autos evidenciam o cumprimento das recomendações contidas na Nota Técnica exarada no Despacho PGE-PLIC-CD nº 2590/2017, alterado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD nº 3517/2017,(alínea b, c e d), restando necessária à demonstração de cumprimento das recomendações contidas na referida Nota Técnica (**alíneas**, **a, e, f, g** e **i)**.

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a constatação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que a SESAU demonstre o cumprimento das recomendações contidas na referida Súmula Administrativa nas alíneas ***“*a, e, f, g** e **i*”.***
2. **DA NOTA DE EMPENHO** -Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e Liquidação, em favor da requerente **NÚBIA REGINA PIMENTEL LINS** **(CPF nº 505.020.694-49).**
3. **DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 57 DO DECRETO Nº 57.404/2018 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 57 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens **I a III**, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida com a Sra. **NÚBIA REGINA PIMENTEL LINS** **(CPF nº 505.020.694-49)**, mediante publicação do ato, conforme art. 57, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 13 de junho de 2018.

Hertz Rodrigues Lima

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 29.871/9**

REVISORA:

Isabel Cristina Silva Lins

**Assessora de Controle Interno/Matrícula nº 105-8**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**